



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 1096***

*de 16 de maio de 2016*

**"Dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya".**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:*

### ***Art. 1º..***

*Sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya, a autoridade máxima do Sistema Único de Saúde no Município deverá determinar e executar as medidas necessárias para o controle da doença ou agravo, bem como intensificar as ações preconizadas pelo Programa Nacional de Controle da Dengue e pelo Programa Municipal de Vigilância e Controle da Dengue.*

### ***Art. 2º..***

*Dentre as medidas que podem ser determinadas para o controle da dengue e da febre chikungunya, destacam-se:*

#### ***I.***

*a realização de visitas domiciliares para eliminação do mosquito e de seus criadouros em todos os imóveis da área identificada como potencialmente transmissora;*

## **II.**

*a realização de campanhas educativas e de orientação a população, constantes do Plano Municipal de Vigilância e Controle da Dengue;*

## **III.**

*o ingresso forçado em imóveis particulares, nos casos de recusa ou ausência de alguém que possa abrir a porta para o agente sanitário quando isso se mostrar fundamental para a contenção da doença;*

### **Parágrafo único. .**

*Todas as medidas que impliquem a redução da liberdade do indivíduo deverão observar os procedimentos estabelecidos nesta Lei, em especial os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e legalidade.*

### **Art. 3º..**

*Sempre que houver a necessidade de ingresso forçado em domicílios particulares, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância, lavrará, no local em que for verificada a recusa do morador ou a impossibilidade do ingresso por motivos de abandono ou ausência de pessoas que possam abrir a porta, um Auto de Infração e Ingresso Forçado, no local ou na sede da repartição sanitária, que conterá:*

#### **I.**

*o nome do infrator e seu domicílio, residência e os demais elementos necessário à sua qualificação civil, quando houver;*

#### **II.**

*o local, a data e a hora da lavratura do auto de infração e ingresso forçado;*

#### **III.**

*a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido e os dizeres: PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA REALIZA-SE O INGRESSO FORÇADO;*

#### **IV.** *a pena a que está sujeito o infrator;*

**V.**

*a declaração do autuado de que está ciente de que responderá pelo fato administrativa e penalmente;*

**VI.**

*a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante;*

**VII.**

*o prazo para defesa ou impugnação do Auto de Infração e Ingresso Forçado, quando cabível.*

**1°.**

*Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita, neste, a menção do fato.*

**2°.**

*O fiscal sanitário é responsável pelas declarações que fizer no Auto de Infração e Ingresso Forçado, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.*

**3°.**

*Sempre que se mostrar necessário, o fiscal sanitário poderá requerer o auxílio à autoridade policial que tiver jurisdição sobre o local.*

**4°.**

*A autoridade policial auxiliará o agente sanitário no exercício de suas atribuições, devendo, ainda, serem tomadas as medidas necessárias para a instauração do competente inquérito penal para apurar o crime cometido, quando cabível.*

**5°.**

*Nas hipóteses de ausência do morador, o uso da força deverá ser acompanhando por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras após realizada a ação de vigilância sanitária e epidemiológica*

**Art. 4º..**

*Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.*

**Art. 5º..**

*As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.*

**Art. 6º..**

*Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.*

*Chapadão do Sul - MS, 16 de maio de 2016.*

*LUIZ FELIPE BARRETO MAGALHÃES Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 1096/2016 - 16 de maio de 2016*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*